

Subcomissão vai acompanhar os desdobramentos da CPI do Judiciário

Vinculado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o órgão foi instalado ontem e deverá se pronunciar hoje a respeito de pedidos para dar continuidade às investigações sobre as irregularidades nas obras do TRT de São Paulo



Renan Calheiros (na foto, à esquerda de José Agripino e Ramez Tebet) será o presidente da Subcomissão Permanente do Judiciário

Em reunião marcada para as 9h de hoje, os membros da Subcomissão Permanente do Judiciário devem definir um calendário de atividades e examinar os requerimentos apresentados com o objetivo de retomar as investigações em relação ao prédio inacabado do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) paulista. Um deles prevê a convocação do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

PÁGINA 5

ACM É CONTRA CPI PARA APURAR ATUAÇÃO DE EX-SECRETÁRIO

PÁGINA 2



Para Antonio Carlos Magalhães, quem deve investigar o assunto é a Subcomissão Permanente do Judiciário

PLENÁRIO HOMENAGEIA BARBOSA LIMA SOBRINHO

Os senadores aprovaram ontem voto de profundo pesar pela morte, ocorrida no último dia 16, do jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

PÁGINA 4

Barbosa Lima e a mulher, Maria José, com quem viveu 67 anos



TRÊS VEZES MAIS RECURSOS

O que diz o projeto aprovado pelo Senado:

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) aumenta de 1% para 3% sua participação na arrecadação bruta das loterias federais e similares. (*)

Numa arrecadação de R\$ 2,5 bilhões, por exemplo, os recursos transferidos passariam de R\$ 25 milhões para R\$ 75 milhões ao ano.

(*) deduzindo este valor do montante destinado aos prêmios.

Fonte: Relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP)

Senado aprova aumento de recursos para a cultura

PÁGINA 3

Regras para registro de nascimento poderão mudar

PÁGINA 3



Relator pede prorrogação dos trabalhos

PÁGINA 7

COMISSÃO EXIGE "FATO NOVO", DIZ JADER

O líder do PMDB, Jader Barbalho, não vê "fato novo" que justifique a convocação de CPI para apurar as relações entre o ex-ministro Eduardo Jorge e o ex-juiz Nicolau Neto. Em defesa da CPI, a líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena, afirmou: "É nosso dever apurar os crimes praticados pelo governo".

PÁGINA 6

ACM discorda de CPI sobre atuação de ex-secretário

Para Antonio Carlos, o presidente da República “está fora desse assunto” e investigar denúncias contra Eduardo Jorge é tarefa da subcomissão da CCJ

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem que as investigações sobre a atuação do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, dentro e fora do governo, sejam feitas pela subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-



ACM: “Não se deve confundir Eduardo Jorge com o presidente”

dania do Senado, instalada ontem (ver matérias nas páginas 5 e 6), e destacou que “não se deve confundir o Eduardo Jorge com o presidente da República; o presidente está fora desse assunto”.

O senador disse respeitar o “direito” da oposição de tentar criar uma comissão parlamentar de inquérito para o caso Eduardo Jorge. Manifestou-se, porém, contrário à instalação de uma CPI e disse que “é obrigação

dos que fazem parte da base governista impedir isso e não fazer o jogo da oposição”.

Na avaliação de Antonio Carlos, “o importante é um depoimento imediato de Eduardo Jorge na subcomissão, de preferência, ou no Ministério Público, para que fiquem esclarecidos diversos pontos, não só perante a opinião pública, mas também perante a administração”.

O senador considera essa manifestação indispensável, tanto quanto a separação do “assunto Eduardo Jorge” da figura do presidente Fernando Henrique Cardoso. “É onde ele vai provar ou não a sua inocência.”

Antonio Carlos considera que a subcomissão poderá realizar um bom trabalho, apesar do período pré-elei-

toral. O menor número de integrantes (sete) ajudará nesse sentido e o grupo poderá atuar inclusive nos dias em que a Casa não tiver sessões deliberativas agendadas, explicou. Sem arriscar um prazo para a conclusão dos trabalhos, o senador disse que o importante é que o trabalho seja “bem feito, como foi na CPI do Judiciário, que se apure e depois haja punição”.

Antonio Carlos apoiou a idéia do senador Pedro Simon (PMDB-RS) no sentido de que sejam convidados representantes da Polícia Federal e do Ministério Público para acompanhamento dos trabalhos da subcomissão do Judiciário. Ele entende que tal acompanhamento pode agilizar os trabalhos desses órgãos em benefício do esclarecimento dos fatos investigados. O senador não acha viável, porém, qualquer tentativa de trabalho conjunto. “São órgãos diferentes, de poderes diferentes, e não daria certo”, explicou.

Subcomissão poderá obter quebra de sigilo

O senador Antonio Carlos Magalhães adiantou também que a subcomissão da CCJ poderá pedir à Mesa do Senado que autorize quebra de sigilo bancário de pessoas investigadas, caso necessário. Ele encarregou assessores de estudar essa alternativa, e já foram encontrados

precedentes nesse sentido:

— Conversei com alguns assessores, e isso é admitido. Não chegamos ainda a uma conclusão total, mas estamos estudando, e é possível que, com o apoio da Mesa, isso possa ser feito — esclareceu.

Antonio Carlos assegurou que a

subcomissão terá condições de cumprir seus objetivos e, com a possibilidade de recurso à Mesa para obter quebra de sigilo, não haverá obstáculos à realização dos trabalhos:

— Estou certo de que a subcomissão vai atender aos anseios dos parlamentares — afirmou.

Senador reafirma necessidade de aprimorar TCU

Com relação às críticas feitas na semana passada à atuação do Tribunal de Contas da União (TCU), notadamente em relação ao desvio de verbas na obra do fórum trabalhista de São Paulo, o presidente do Senado e do Congresso reafirmou sua disposição de preparar proposta para aprimorar o trabalho e a atuação daquela instituição, a fim de dar-lhe “o papel que ela deve ter como órgão auxiliar do Legislativo”:

— Não tem sentido uma estrutura tão cara, tão dispendiosa para o país, para não apurar gastos de obras públicas ou quaisquer outros. Mostra que o órgão é inútil. Então, ou ele se torna útil ou ele deve acabar mesmo — enfatizou.

O senador confirmou, ainda, a disposição de apresentar proposta de emenda constitucional acabando com a Justiça do Trabalho, bem como a intenção de buscar o atri-

moimento do projeto de reforma do Judiciário quando a matéria tramitar no Senado. Sobre a extinção da Justiça trabalhista, ele admite que sua tese não deverá vingar de imediato, mas destacou que pretende “ficar bem com a consciência e com a história”, pois dentro de pouco tempo vão lhe “dar razão”.

Leia mais sobre o assunto nas páginas 5 e 6

Alcântara prega fortalecimento da integração da América do Sul

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) chamou a atenção ontem para a realização em Brasília, no dia 31 de agosto, do primeiro encontro de presidentes da América do Sul, no qual será debatida a organização de blocos econômicos regionais como o Mercosul e a Área de Livre Comércio



Alcântara destaca encontro de presidentes da América do Sul

das Américas (Alca). O encontro será precedido de seminário no Itamaraty com a participação de professores e cientistas políticos interessados no tema da integração.

— Até agora têm sido realizados encontros baseados no conceito vago de América Latina e Américas

— disse Alcântara.

Conforme o senador, a proximidade geográfica dos países da América do Sul abre um campo enorme para o debate sobre a integração econômica, cultural e mesmo física desses Estados. Essa integração fortalecerá a região nas negociações em torno da Alca, blo-

co que está sendo patrocinado pelos Estados Unidos. Alcântara acha que, para aderir à Alca, países como o Brasil devem exigir no mínimo as concessões comerciais feitas ao México pelos Estados Unidos quando da criação do Nafta (bloco comercial da América do Norte).



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

11h — Recebe o deputado João Coser
15h — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
18h — Participa do I Simpósio Internacional Câmara & Incor

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 54/97, dá nova redação ao item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos; segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/2000, insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares; Requerimento nº 361/2000, do senador Moreira Mendes, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 621/99, de sua autoria; e Requerimento nº 363/2000, da senadora Heloisa Helena, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 173/2000, de sua autoria.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros itens, PLC nº 1/99, regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; PLC nº 12/2000, que institui o programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família; PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista; emendas oferecidas em Plenário ao substitutivo do PLS nº 54/99 e PLC nº 25/96, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; e PLSs nºs 391, 399 e 630, de 1999, que dispõem sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

9h — Subcomissão Permanente do Judiciário

Pauta: reunião de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros itens, relatório preliminar da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre as emendas do Senado oferecidas ao PLC nº 118/84 (institui o Código Civil); Requerimento nº 235/96, solicitando seja submetido ao Senado, após ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o recurso objetivando desarquivar o feito atinente à CPI dos Corruptores, a que se refere o Requerimento nº 402/95; PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; e PLS nº 168/99, altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código Brasileiro de Trânsito. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprova aumento de recursos para cultura

Conforme o projeto, que retornará à Câmara dos Deputados devido às modificações introduzidas pelo Senado, o Fundo Nacional de Cultura deve receber 3% do valor que as loterias federais e concursos similares arrecadarem

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que aumenta o percentual destinado pelo Fundo Nacional de Cultura (FNC) a projetos culturais. Atualmente, a lei que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) destina a esses programas 1% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos, loterias federais e similares, realizados com autorização federal, deduzindo esse valor do montante destinado aos prêmios.

O projeto aprovado pelo Senado ampliou esse percentual para 3%, atendendo à emenda do senador Pedro Piva (PSDB-SP), que relatou a matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto original preconizava o aumento dessa parcela para 10%. O relator argumentou que 3% já constituem recursos suficientes. Como exemplo, disse que numa arrecadação de R\$ 2,5 bilhões, os recursos transferidos ao FNC passariam de R\$ 25 milhões para R\$ 75 milhões ao ano.

O texto oriundo da Câmara também determinava que 50% desse percentual destinado a projetos culturais fossem direcionados aos estados para o financiamento de iniciativas próprias. Piva suprimiu o dispositivo do texto, alegando



Pedro Piva: três emendas de sua autoria foram acatadas pelo Plenário

que os estados devem ser estimulados a recorrer a fontes próprias de financiamento da cultura, até porque existem loterias estaduais capazes de incrementar esses programas, disse.

As três emendas apresentadas por Pedro Piva ao projeto foram acatadas pelo Plenário. Foi aceito também seu entendimento de que projeto semelhante, do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), deveria ser declarado prejudicado. Como o projeto oriundo da Câmara foi alterado no Senado, retornará agora para nova deliberação dos deputados.

Acordo de cooperação judiciária com a França recebe o voto favorável

Foi aprovado ontem pelo Senado o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, celebrado entre os governos brasileiro e francês, há quatro anos, em Paris. Relatado pelo senador licenciado Carlos Wilson (PPS-PE), o projeto chegou ao Plenário com o parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na exposição de motivos do Poder Executivo, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, afirma que o acordo é reflexo da crescente importância que a cooperação judiciária vem desempenhando no cenário internacional, tornando mais ágil a coordenação entre os países em questões de interesse mútuo.

Para os fins desse acordo, matéria civil compreende direito civil,



Carlos Wilson relatou o texto do acordo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

direito de família, direito comercial e direito trabalhista. Ficou decidido que os ministérios da Justiça dos dois países serão as autoridades centrais encarregadas de satisfazer às obrigações definidas no acordo.

Obrigatoriedade de execução de emendas ao Orçamento é discutida

Em primeiro turno, o Senado iniciou ontem a discussão da proposta de emenda constitucional do senador José Alencar (PMDB-MG) que obriga o governo a executar a programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares. Pela proposta, a não-execução das emendas implicará crime de responsabilidade do presidente da República.

A PEC, que teve parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, explicita a obrigatoriedade de execução da programação constante da lei orçamentária anual. A iniciativa veda o cancelamento ou o contingenciamento, total ou parcial, por parte do Executivo, de dotação constante da lei orçamentária anual decorrente de emendas de parlamentares.

Relator da matéria na CCJ, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o texto em Plenário. Disse ele que a proposta constitui apenas uma das inúmeras emendas que a Casa

ainda votará para racionalizar a elaboração e execução da lei orçamentária. E observou: "Se quisermos elaborar um Orçamento para valer, temos que ter a responsabilidade de olhar lá no seu início, como ele está sendo elaborado no terceiro escalão de cada ministério".

Simon considerou "ridículo" que o Parlamento, o Executivo e a sociedade não saibam efetivamente como deve ser a execução orçamentária. E defendeu a tese de que os parlamentares acompanhem o Orçamento desde o início de sua elaboração, "quando lobistas e empreiteiras fazem suas pressões para realizar obras públicas".

Pedro Simon referiu-se também ao fato de que as emendas parlamentares não excedem 1% do Orçamento. Disse ele que é esse o 1% mais transparente da lei orçamentária. "Isso termina com a humilhação de o parlamentar ter que pedir a um ministro que libere sua emenda."

José Alencar defende a proposta

Autor da proposta de emenda constitucional que obriga o Poder Executivo a executar a programação orçamentária decorrente das emendas individuais dos parlamentares, o senador José Alencar disse ontem que, "sem engessar o Orçamento e sem perturbar a ação do Executivo", a PEC eliminará a "via-sacra" parlamentar pelos ministérios. Para Alencar, "é absurdo que um senador da República tenha de peregrinar pelos ministérios para salvar suas emendas". Nesse processo pode haver ainda oportunidade "para o início de alguma corrupção", disse.

— O crivo acaba sendo de natureza política e freqüentemente resvala para exigências inconfessáveis.

Pelo apoio à proposta até agora recebido, José Alencar acredita que a PEC poderá receber aprovação unânime do Plenário, onde a matéria teve ontem seu primeiro dia de discussão, em primeiro turno.



José Alencar

A obrigatoriedade de liberar os recursos orçamentários decorrentes de emendas parlamentares individuais é, na opinião do senador, um primeiro passo para que futuramente as emendas de bancada e de comissões permanentes e o próprio Orçamento tenham caráter impositivo. Segundo as normas para a apresentação de emendas individuais, os 81 senadores e 513 deputados, no Orçamento da União para 2000, puderam apresentar, cada um, vinte emendas, no valor total, por parlamentar, de R\$ 1,5 milhão. Isso representa, conforme cálculos do senador, menos de 1% do Orçamento Geral da União e assegura o necessário respeito às decisões orçamentárias do Poder Legislativo.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou que a PEC "tem um cunho moralizador de alto alcance". Ele também disse acreditar que a matéria terá aprovação unânime no Senado.



José Eduardo Dutra: relator na CCJ do projeto que será levado hoje ao Plenário

Registro de nascimento pode ser facilitado

Será votado hoje pelo Senado projeto de lei da Câmara que retira a necessidade de duas testemunhas para o registro público de nascimentos ocorridos com assistência médica prestada em unidade hospitalar, casa de saúde ou residência. Relatado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o projeto tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os senadores também voltam a discutir proposta de emenda constitucional do senador José Alencar (PMDB-MG) que torna obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares. O senador pretende deixar claro, na Constituição, que as emendas orçamentárias feitas pelos congressistas não podem ser objeto de contingenciamento, sob pena de o governo incidir em crime de responsabilidade.

Na mesma sessão, deverão ser votados dois requerimentos de retirada de projetos que aguardam votação. O primeiro, do senador Moreira Mendes (PFL-RO), retira da pauta projeto que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à bagagem de viajantes. O outro, da senadora Heloísa Helena (PT-AL), retira de votação projeto que cancela as dívidas dos países pobres com o Brasil.

Senado presta homenagem a Barbosa Lima Sobrinho

Quatro senadores destacam qualidades do jornalista. Pedro Simon diz que ele foi “um apaixonado defensor da pátria e do povo, que dedicou cada dia de sua vida centenária à defesa da liberdade, da democracia e da justiça”

O Plenário do Senado aprovou ontem voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 16, do jornalista Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, aos 103 anos de idade. “A gente imaginava que ele era imortal”, disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor do requerimento aprovado pelo Plenário, ao prestar sua homenagem ao jornalista.

— O Brasil possui grandes homens públicos, mas Barbosa Lima Sobrinho era diferente — afirmou.

O senador lembrou que, apesar de ter iniciado sua carreira como deputado e depois governador, Barbosa Lima Sobrinho dedicou toda a vida ao jornalismo. “Era o código de ética vivo de como fazer jornalismo”, completou. Para Simon, o jornalista não mudou, apesar das transformações por que passou o mundo.

Na justificativa do requerimento, Pedro Simon salientou que o último artigo de Barbosa Lima Sobrinho, publicado pelo *Jornal do Brasil* no dia em que ele morreu, é uma espécie de profecia. Sob o título “A exclusão da classe média”,



LONGA E HONRADA VIDA

Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho nasceu em 22 de janeiro de 1897, no Recife. Advogado, jornalista, elegeu-se presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) pela primeira vez em 1929. Foi deputado federal duas vezes (na primeira, cassado pelo Estado Novo) e governador de Pernambuco. Esteve ligado a todos os principais movimentos em defesa da democracia, da soberania nacional e do estado de direito no país. Faleceu no dia 16 passado, aos 103 anos.

Votação em Plenário do requerimento de pesar foi precedida de manifestações de senadores que destacaram a atuação de Barbosa Lima Sobrinho

Simon lembrou vários momentos históricos que contaram com a participação do jornalista, como o *impeachment* de Fernando Collor e a anticandidatura — Ulisses Guimarães para presidente e Barbosa Lima Sobrinho como vice —, estratégia montada pelo então MDB para “desmascarar a farsa” do Colégio Eleitoral durante a ditadura militar.

— Advogado, jornalista, escritor, político, administrador, acadêmico, estadista, ele foi muito de cada coisa dessas. Apaixonado defensor de sua pátria e de seu povo, dedicou cada dia de sua vida centenária à defesa da liberdade, da democracia e da justiça — completou o senador.

ROBERTO SATURNINO PSB-RJ

Ao encaminhar requerimento homenageando Barbosa Lima Sobrinho, o senador Roberto Saturnino afirmou que o jornalista era “uma referência, um farol para os brasileiros”. Para Saturnino, a biografia de Barbosa Lima está repleta de serviços valiosos ao país, prestados de forma patriótica.

Na opinião do senador, o Brasil vive um momento em que muitas pessoas desconsideram valores éticos e da nacionalidade. Para ele, esses valores estão sendo substituídos pela valorização dos resultados, pela eficácia, principalmente em matéria financeira.

— Barbosa Lima Sobrinho tinha 103 anos. Era uma morte que o Brasil esperava, mas queria adiar permanentemente. Queríamos ler o que ele publicava aos domingos no *Jornal do Brasil* — disse Roberto Saturnino.



EDUARDO SUPPLY PT-SP

O senador Eduardo Suplicy lembrou ontem as lições de “honra e espírito ético” do jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Para o senador, Barbosa Lima atuou como um farol no sentido de mostrar aos brasileiros os caminhos da civilidade.

Também no campo da economia o jornalista trouxe importantes contribuições ao debate sobre a melhor forma de administrar o país, segundo Suplicy. Barbosa Lima Sobrinho advogava a predominância do capital nacional sobre o internacional na formação da poupança a ser usada no desenvolvimento, citando como exemplo de seu modelo desenvolvimentista a ascensão do Japão ao grupo dos países ricos, feita com recursos internos, principalmente.



JOSÉ JORGE PFL-PE

O senador José Jorge disse que a sociedade brasileira acostumou-se a identificar Barbosa Lima Sobrinho como o homem à frente

dos principais movimentos em defesa da democracia e das liberdades individuais. Nascido no Recife, em 22 de janeiro de 1897, Barbosa Lima escreveu seus primeiros artigos aos 13 anos e aos 15 já era colaborador do jornal *A Província*, informou o senador.

— Deste pernambucano se pode dizer, por justiça, que viveu intensamente seus 103 anos, atravessando todo o século 20, de tantas e tão profundas mudanças, como raro exemplo de vida moralmente íntegra e produtiva, corajosamente comprometida com as lutas democráticas e a construção de uma nação socialmente justa — afirmou José Jorge.



Plenário aprova condolências à família de Aloysio Biondi

Por requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o Plenário aprovou a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 64 anos, do jornalista econômico Aloysio Biondi. O pedido inclui a apresentação de condolências aos familiares.

Na justificativa do requerimento, Simon salientou que Biondi iniciou sua carreira jornalística em 1956, na *Folha da Manhã*, da qual se originou a *Folha de S. Paulo*, onde manteve uma coluna de 1992 a 1999. Diretor de redação do *Jornal do Comércio* (RJ) e do *Diário Comércio & Indústria-DCI* (SP), o jornalista também trabalhou nas revistas *Veja* e *Visão* e nos jornais *Gazeta Mercantil* e

Correio da Manhã. Quando morreu, no dia 21 do mês passado, escrevia para os jornais *Correio Braziliense* e *Diário Populare* para as revistas *Caros Amigos*, *Bundas* e *Educação*.

No ano passado, Biondi publicou o livro *Brasil Privatizado*, em que fez um balanço do programa de privatizações e avaliou as perdas para o país em decorrência da venda das estatais, destacou o senador. Segundo Simon, um dos temas mais constantes nos artigos do jornalista, especialmente nos últimos anos, “foi a falta de subsídios aos pequenos produtores agrícolas, fator de evasão do campo e de crescimento das periferias das grandes cidades”.

Valmir Amaral toma posse como senador pelo Distrito Federal

Foi empossado ontem no mandato de senador o empresário Valmir Amaral (PMDB-DF). O novo senador, que assumiu em decorrência da perda de mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), foi acompanhado na cerimônia de posse pelos senadores Ney Sussana (PMDB-PB) e Arlindo Porto (PTB-MG).

O mandato de Valmir Amaral terá seis anos e meio de duração. Com 39 anos, o novo senador é bacharel em Ciências Eco-



Valmir Amaral terá mandato até fevereiro de 2007

nômicas e empresário. Nascido em Patos de Minas, filho de Dalmo Josué do Amaral e Ana Amâncio do Amaral, é proprietário do Grupo Amaral, composto por 11 empresas. O grupo reúne oito empresas de transporte terrestre — que operam linhas no

Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Tocantins —, uma empresa de transporte aéreo, uma concessionária de motos e uma locadora de veículos.

José Jorge se solidariza com população do Recife

O senador José Jorge (PFL-PE) solidarizou-se ontem com a população do Recife, diante do sofrimento causado pelas chuvas dos últimos dias. De acordo com o senador, já morreram 12 pessoas na cidade.

José Jorge ressaltou que a chuva era desejada por toda a população, que nos últimos anos enfrentou uma das piores estiagens, sendo que

muitas barragens estavam com apenas 5% de sua capacidade. A chuva veio, observou, mas em grande quantidade. Em um só dia, foram registrados 200 milímetros de precipitação pluviométrica, ocasionando uma grande calamidade.

Conforme o senador, as autoridades federais, estaduais e municipais estão empreendendo todos os esforços para socorrer a população.

CCJ instala Subcomissão Permanente do Judiciário

Membros indicados pelos líderes partidários escolhem dirigentes do colegiado e devem apreciar requerimentos com sugestão de audiência de autoridades e pessoas citadas nas denúncias de superfaturamento de obra do TRT de São Paulo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) instalou ontem a Subcomissão Permanente do Judiciário, destinada a acompanhar e fiscalizar os desdobramentos das conclusões das investigações feitas pela CPI do Judiciário. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) foi eleito presidente e o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o

Renan Calheiros convocou reunião da subcomissão para hoje, às 9h, no plenário da CCJ, quando espera que a subcomissão defina um calendário de atividades e aprecie os requerimentos já apresentados na reunião de instalação e perante a Comissão Representativa do Congresso, durante o recesso parlamentar. Ele também quer “queimar eta-

(PT-SE) também quer que a subcomissão ouça os procuradores da República Luiz Francisco Souza e Guilherme Shelb. Para ele, os dois permitiriam à subcomissão iniciar os trabalhos avaliando o andamento das conclusões da CPI do Judiciário no Ministério Público (MP), na Justiça e na Polícia Federal.

O senador Roberto Freire (PPS-PE)

sugeriu que o MP de São Paulo seja acionado para a subcomissão ter acesso aos processos sobre o caso do TRT. Freire acredita que o MP deve estar presente “permanentemente”, sugestão apoiada por Pedro Simon (PMDB-RS). Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que as procuradoras do MP paulista que acompanham o assunto, Janice Ascari, Isabel Groba e Maria Luiza Duarte, sejam convidadas a depor. Simon mostrou-se preocupado

REQUERIMENTOS QUE SERÃO VOTADOS

Entre outros, a Subcomissão irá apreciar os seguintes requerimentos apresentados durante o período de recesso parlamentar e na reunião de instalação:

- Convite a Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência, para depor sobre suas ligações com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto
- Convocação do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para explicar dotação suplementar de recursos para a obra superfaturada do TRT de São Paulo
- Convite ao deputado João Cóser (PT-ES) para esclarecer por que incluiu emenda prevendo recursos para a obra quando era sub-relator do Orçamento, em 1997
- Convite a Iram Saraiva, presidente do TCU, para prestar informações relativas à ação do tribunal sobre a obra
- Convite ao ex-presidente do TST Wagner Pimenta, sobre a participação do tribunal na transferência de recursos para a obra
- Convite ao ex-deputado Hélio Rosas (PMDB-SP), sobre seu destaque ao Orçamento que acrescia R\$ 8 milhões aos recursos destinados à obra
- Convite à deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), presidente da subcomissão da Comissão Mista de Orçamento que avaliou relatório do TCU sobre obras irregulares
- Convite a Luiz Francisco Souza e Guilherme Shelb, procuradores da República, para apresentação de informações colhidas acerca do envolvimento de Eduardo Jorge com a obra
- Convite a Janice Ascari, Isabel Groba e Maria Luiza Duarte, do Ministério Público em São Paulo, que acompanham os processos sobre o TRT de São Paulo

pas” e ouvir as primeiras pessoas amanhã. Entre os requerimentos a serem apreciados, encontram-se os que convidam para depor Eduardo Jorge, o ministro do Planejamento, Martus Tavares, e o deputado federal João Cóser (PT-ES).

O senador José Eduardo Dutra

– A subcomissão deve fazer a sua parte. Não será uma subcomissão de brincadeira. Não vamos esconder cadáver em nenhum armário – afirmou Calheiros.

O senador José Eduardo Dutra

pelo fato de a subcomissão começar a trabalhar em período pré-eleitoral, e acrescentou:

– É importante e inteligente que não se deixem na gaveta assuntos que devem ser discutidos. Vai ficar muito ruim para nós se esta subcomissão ficar reduzida a zero.

MEMBROS DA COMISSÃO			
Titulares		Suplentes	
PMDB			
Pedro Simon	RS	Roberto Requião	PR
Amir Lando	RO	José Fogaça	RS
Renan Calheiros	AL	Iris Rezende	GO
PFL			
José Jorge	PE	Juvêncio da Fonseca	MS
Edilson Lobão	MA	Bello Parga	MA
PSDB			
José Roberto Arruda	DF	Lúcio Alcântara	CE
Bloco Oposição			
Jefferson Péres	PDT-AM	José Eduardo Dutra	PT-SE

Senadores divergem sobre os limites das investigações

Durante a reunião de instalação da Subcomissão Permanente do Judiciário, os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discutiram o papel que a subcomissão deve ter diante das denúncias de envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

Para a líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), o Regimento Interno do Senado (artigo 73) é claro: a subcomissão não tem funções investigativas. “Para isso existe a CPI”, disse. “Não podemos apresentar à sociedade algo que não é verdade. Não daremos continuidade à CPI (do Judiciário) coisa nenhuma.” Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ter assinado o requerimento para instalação de uma CPI sobre o assunto, mas disse esperar que a subcomissão consiga aclarar os fatos.

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ressaltou a responsabilidade da subcomissão, por estar acompanhando os trabalhos de outros poderes sobre as conclusões da CPI do Judiciário. “Tenho certeza que a subcomissão irá fazê-lo com rigor, determinação e transparência”, disse Arruda, que pediu ao relator, José Jorge (PFL-PE), que apresente já na reunião de hoje pareceres sobre os requerimentos propostos.

Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs uma reflexão sobre a gravidade do assunto abordado e o instrumento que está sendo utilizado. Citando a possível influência exercida por Eduardo Jorge junto a fundos de pensão, Suplicy levantou a possibilidade de retomar-se a discussão, iniciada pelo ex-ministro da Administração Luiz Carlos Bresser Pereira, sobre a instituição de um código de ética para ocupantes de postos-chave no serviço público.



Heloísa Helena



José Roberto Arruda

Simon insiste na criação da CPI dos Corruptores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia em reunião marcada para as 10h de hoje requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) em favor do desarquivamento do pedido de criação da CPI dos Corruptores.

Essa comissão parlamentar de inquérito, proposta em 1995, destinava-se a apurar a autoria de atos de corrupção denunciados durante os trabalhos das CPIs do *Impeachment* e do Orçamento.

O senador lembrou que, na votação da CPI do Orçamento, foi

aprovada a recomendação de instauração da CPI dos Corruptores, que, conforme observou, foi prejudicada “pela vontade singular do então presidente do Senado”. Para ele, é necessário que a Casa prossiga com as investigações, a fim de que sejam apuradas denúncias ainda não esclarecidas dos chamados agentes corruptores.

– As CPIs do *Impeachment* e do Orçamento afastaram e puniram alguns corruptos, mas os corruptores estão ainda impunes e, o que é pior, em plena atividade, razão pela qual considero imprescindível e

moralizadora a imediata instalação da CPI dos Corruptores – disse Simon. O relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), é contra a criação da comissão.

Na mesma reunião, com início previsto para as 10h, a CCJ deve apreciar outras 17 matérias. Entre elas, projeto do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol), beneficiando os recém-formados pelas universidades das regiões Norte e Nordeste que venham a exercer as respectivas profissões nessas regiões.

A comissão também deve votar a proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que prevê o fim das sessões conjuntas do Congresso para apreciação de vetos presidenciais, de matérias orçamentárias e das contas prestadas pelo presidente da República. Tais matérias passarão assim a ser examinadas, separadamente, pela Câmara e pelo Senado.

Constam ainda da pauta três projetos do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destinados a convocar plebiscitos para a criação dos estados do Araguaia,

Tapajós e Solimões, pelo desmembramento, respectivamente, de Mato Grosso, do Pará e do Amazonas.

O relatório preliminar da comissão especial da Câmara dos Deputados sobre o projeto do novo Código Civil é outro item da pauta de hoje da Comissão de Constituição e Justiça.



Simon: “Os corruptores estão impunes e em plena atividade”

Subcomissão discute hoje alcance de investigações

Renan Calheiros é contra a criação de “expectativas irrealizáveis”, mas garante que senadores estarão atentos à necessidade de apresentar respostas à sociedade sobre as denúncias que envolvem a obra do TRT de São Paulo

O alcance dos trabalhos da subcomissão criada para acompanhar as investigações em torno de casos apurados pela CPI do Judiciário será discutido durante reunião prevista para hoje. De acordo com o presidente do colegiado, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), os sete parlamentares indicados pelos partidos deverão debater, além do calendário de trabalhos e das pessoas a serem ouvidas, a extensão da competência da subcomissão.

— Devemos discutir sobre até onde vamos — antecipou Renan Calheiros. Na sua opinião, os integrantes da subcomissão não devem criar o que ele chamou de “expectativas irrealizáveis”. Por outro lado, disse o senador, todos estarão “atentos à necessidade de apresentar respostas” à sociedade.

Entre as prerrogativas das subcomissões do Senado estão as de requerer informações ao gover-



“Devemos discutir até onde vamos”, afirma Renan Calheiros

no, convocar ministros de Estado e convidar outras pessoas para prestar depoimento — neste caso, sem a obrigatoriedade da presença de quem for chamado. Ao contrário das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), porém, as subcomissões não podem requerer a quebra dos sigilos bancário e telefônico de pessoas investigadas.

De acordo com Calheiros, a subcomissão deverá optar por uma estreita colaboração com o Ministério Público Federal, especialmente no que se refere às investigações sobre a liberação de verbas para a construção superfaturada do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. “O Ministério Público já vasculhou o que poderia vasculhar e, inclusive, quebrou o sigilo de pessoas investigadas”, recordou.

A subcomissão criada para acompanhar e fiscalizar as inves-

tigações em torno de denúncias analisadas pela CPI do Judiciário — ligada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) — foi criada em 15 de dezembro do ano passado, logo após a aprovação do relatório final da CPI. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), chegou a indicar os nomes de sete senadores para compô-la, mas a subcomissão não foi instalada durante o primeiro semestre de 2000.

No dia 6 de julho, a publicação pelo jornal *Valor Econômico* de uma entrevista do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira recolocou em evidência o caso da liberação de verbas para o TRT de São Paulo. Eduardo Jorge disse ao jornal que mantinha “relações institucionais” com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, apontado como principal responsável pelo desvio de R\$ 169 milhões das obras do tribunal. Segundo o ex-secretário, Nicolau indicava ao governo nomes de juizes classistas que não ameaçariam o Plano Real com sentenças favoráveis à indexação salarial.

Jader não vê fato novo para uma comissão de inquérito



Jader quer ouvir, primeiro, o que diz Eduardo Jorge

Após almoçar ontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio da Alvorada, o senador Jader Barbalho (PA), presidente do PMDB e líder do partido no Senado, disse não haver, por enquanto, “nenhum fato novo” que justifique a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o suposto envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge na liberação de verbas para a obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

Na opinião de Jader, é necessário inicialmente ouvir o que o ex-secretário dirá à subcomissão criada para acompanhar as investigações sobre casos analisados pela CPI do Judiciário.

Parlamentares devem deixar MP apurar denúncias, diz Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que o Congresso, por estar em recesso, perdeu espaço para o Ministério Público na iniciativa dos procedimentos investigativos sobre os fatos envolvendo o ex-secretário da Presidência Eduardo Jorge. Para o senador, essa



Suassuna: procuradores estão correspondendo à confiança da sociedade

situação não prejudicará o resultado final das investigações. “A CPI (do Judiciário) encerrou seus trabalhos concluindo pela continuação das ações no âmbito do Ministério Público, o que já está sendo realizado”, disse.

Por esse motivo, o senador está unido à posição dos parlamentares governistas pela não-instalação da CPI neste momento. Ele entende que o Ministério Público deve concluir sua investigação. Suassuna enfati-

zou que a sociedade exige a imediata investigação para que se faça justiça e que não se pode, “a não ser por má-fé”, alegar que os procuradores não estejam correspondendo à confiança da sociedade. Para o senador, é preciso ponderação para se evitar o uso político da crise em um ano eleitoral.

Suassuna destacou o interesse do presidente na “completa e isenta apuração das denúncias” e admitiu a gravidade dos fatos, mas ressaltou que “em nenhum momento é colocada em dúvida a integridade e a honradez de Fernando Henrique Cardoso”. O senador apontou “o curioso do inconsciente coletivo”, que esquece os avanços conseguidos quando um escândalo passa a ocupar a mídia.

Heloísa Helena pede apoio à instalação de CPI do Congresso

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu ontem em Plenário apoio à sua proposta de instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para investigar a responsabilidade de todas as autoridades federais dos três poderes na liberação e desvio de recursos para a obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Em seu requerimento, ela sugere investigação específica sobre a participação nos desvios do ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Para a senadora, a base do governo no Congresso está promovendo “uma farsa” ao tentar levar as investigações de denúncias contra Eduardo Jorge publicadas na imprensa para a subcomissão do Senado destinada a acompanhar os desdobramentos da CPI do Poder Judiciário.

— É nosso dever investigar os crimes patrocinados pelo governo. Só têm medo da investigação os que estão comprometidos com esses crimes ou temem o fato de que a sala de Eduardo Jorge ficava muito próxima do gabinete presidencial — disse Heloísa Helena.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse concordar com a senadora em relação ao papel da subcomissão, que não teria poderes para investigar

as denúncias. Dutra acredita que, se o juiz Nicolau dos Santos Neto, um dos responsáveis pelo desvio de recursos, fosse convocado a depor na subcomissão, como se especula, diria o que quisesse e os senadores não teriam como averiguar a veracidade de suas declarações.

Conforme o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), a opinião pública está exigindo a apuração das denúncias, mas o governo tenta ganhar tempo, o que só estaria cooperando para a perda de autoridade e credibilidade. Heloísa Helena alertou seus colegas para o esforço do governo em desviar a atenção do público para a crise em torno de Eduardo Jorge, ao divulgar a chamada “agenda positiva”. Para a senadora, além de “mentirosa”, a agenda nada mais é do que a repetição de outros programas.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse acreditar que o presidente Fernando Henrique é um homem sério, mas precisa dar satisfações ao país ao apoiar as investigações a respeito do papel de seu ex-secretário na obra do TRT. Já o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que assinará o requerimento de Heloísa Helena. Recordou que quando era governador de Goiás apoiou a idéia de uma CPI diante de denúncias contra a sua administração.

Geraldo Melo faz hoje um pronunciamento sobre o caso

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) adiantou que fará hoje, em Plenário, um pronunciamento sobre o caso Eduardo Jorge. De acordo com o senador potiguar, que é vice-presidente do Senado, seu pronunciamento será de extrema importância no cenário político atual.

Eduardo Jorge, ex-secretário-geral da Presidência da Repú-



Geraldo Melo: discurso anunciado sobre Eduardo Jorge

ca, deve ser convidado pela subcomissão criada para acompanhar as investigações sobre casos investigados pela CPI do Judiciário para explicar suas ligações com o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, atualmente foragido. Nicolau é o principal responsável pela obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

CPI do Roubo de Cargas pode ganhar mais um ano

Proposta é do relator, que está colhendo assinaturas com esse objetivo. Ações da Comissão Parlamentar de Inquérito devem estender-se, também, a investigações sobre lavagem de dinheiro e roubo de caminhões

Por sugestão do relator, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), apresentada ontem, a CPI mista que investiga o roubo de cargas em todo o país poderá ter seu prazo de funcionamento estendido por mais um ano. Para confirmar a decisão, estão sendo colhidas as assinaturas de parlamentares. Como justificativa, além da grande quantidade de denúncias a serem apuradas, há a realização de eleições em outubro.

— Nos próximos 90 dias, por causa das eleições municipais, os candidatos e as lideranças terão que percorrer seus estados, e a

CPI será prejudicada em suas sessões deliberativas. O relator, então, achou por bem solicitar esta prorrogação, que foi aprovada. Precisamos agora colher assinaturas para que isto aconteça, e haja prosseguimento nas investigações — explicou o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI.

Além da prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão, o deputado Oscar Andrade propôs que as ações da CPI se estendam para a investigação do roubo de caminhões e a lavagem de dinheiro. A CPI decidiu

O senador Romeu Tuma preside reunião da CPI, ao lado do relator, deputado Oscar Andrade (D)



ainda iniciar diligências nos estados em que o número de roubos e extravio de cargas é maior. O

primeiro da lista é São Paulo. — Há cinco ou seis estados que deverão ser visitados pela CPI. Mas

São Paulo é o que tem maior índice de roubo de cargas, desmanche de caminhões e lavagem de dinheiro, por ser o maior centro empresarial do país, onde corre grande parte da carga nacional. É importante que se comecem as diligências por lá, como solicitou o relator. Assim poderemos identificar as grandes quadrilhas do roubo de cargas — afirmou Tuma.

Foram aprovadas, também, as convocações dos ex-caminhoneiros Jorge Méres e Ananias Elizário da Silva, ambos suspeitos de envolvimento com o crime organizado, para depor no próximo dia 8.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate*: sen. José Fogaça e o presidente da Associação de Provedores à Internet, Eustáquio Santos, falam sobre o acesso grátis à Internet
7h30 — *Entrevista*: sen. Luiz Pontes fala sobre o primeiro emprego
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: A mulher, a árvore e o chapéu — Sobral (CE)
9h — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Subcomissão do Judiciário (gravado)
12h30 — *Entrevista*: sen. Luiz Pontes fala sobre o primeiro emprego

13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco
13h30 — *Debate*: sen. José Fogaça e o presidente da Associação de Provedores à Internet, Eustáquio Santos, falam sobre o acesso grátis à Internet
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista*: sen. Carlos Bezerra fala de tecnologia agropecuária
19h — *Cores do Brasil*: Turismo em Diamantina
19h30 — *Debate*: sen. José Fogaça e o presidente da Associação de Provedores à Internet, Eustáquio Santos, falam sobre o acesso grátis à Internet
20h30 — *Entrevista*: Sen. Luiz Pontes fala sobre o primeiro emprego
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



O senador Freitas Neto entre o reitor Fernando Rebelo e o diretor da Faculdade de Direito de Coimbra, Manuel Porto

Freitas participa de seminário sobre globalização em Portugal

O seminário *Portugal, Brasil e a Globalização*, realizado entre 17 e 21 de julho, na Universidade de Coimbra, em Portugal, contou com a participação do senador Freitas Neto (PFL-PI), presidente da Comissão de Educação. Ele esteve lá respondendo a convite do reitor Fernando Rebelo e do presidente do Conselho Deliberativo da Faculdade de Direito de Coimbra, professor Manuel Porto. O senador Freitas Neto esteve também representando o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

— Houve debates sobre as questões ligadas à globalização e ao futuro dos blocos regionais, tratando em especial do relacionamento entre a União Européia e o Mercosul, e da necessidade de reforço ao multilateralismo na Organização Mundial do Comércio. Estabeleceram-se também duas mesas-redondas para discutir os problemas da universidade, avaliando-se os sis-

temas universitários de Portugal e do Brasil — revelou Freitas Neto.

De acordo com o senador, estiveram presentes aos debates vários professores e dirigentes de universidades portuguesas, assim como representantes brasileiros ligados ao ministério da Educação e a inúmeras secretarias estaduais de Educação, além de reitores de universidades.

— Verificou-se a possibilidade de estreitarmos os laços em uma reunião posterior, ainda este ano, no Brasil, para aprofundar este relacionamento, com a troca de experiências, tão salutar, entre os dois países — afirmou o senador.

O seminário se integrou às comemorações pelos “Quinhentos Anos da Chegada de Pedro Álvares Cabral a Terras de Vera Cruz”, e abrangeu também aspectos históricos, como o significado da descoberta do Brasil para a abertura de novos espaços e influências das literaturas portuguesa e brasileira.

CAS vota vinculação do mínimo a salário no STF

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar hoje, a partir das 9h, projeto de lei do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que estabelece para o salário mínimo um piso equivalente à vigésima parte dos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal. O relator, senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), vai apresentar voto contrário.

Outro projeto em pauta é o que regulamenta e estabelece normas rígidas para coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue humano. O projeto veio da Câmara dos Deputados e tem parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), com três emendas ao texto original.

O projeto de lei da Câmara dos Deputados que cria um programa nacional de habitação para mulheres de baixa renda que sustentam a própria família tem voto favorável do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Pelo projeto, terão direito a financiamento da casa própria as mulheres com renda de até três salários mínimos, com filhos até 14 anos — a prioridade será para as famílias que moram em áreas consideradas de risco, com altas taxas de mortalidade infantil ou sujeitas a doenças endêmicas.

Deverá ser votado também o projeto de lei complementar que disciplina as relações da União, estados e municípios e suas respectivas autarquias com entidades fechadas de previdência complementar.

Suplicy elogia decisão de afastar Teresa Grossi

Para o senador, a permanência no cargo da ex-diretora de Fiscalização do BC prejudicaria as investigações sobre o caso Marka e FonteCindam

Ao comentar o afastamento provisório pelo Poder Judiciário de Teresa Grossi do cargo de diretora de Fiscalização do Banco Central, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que “finalmente fez-se justiça”. Liminar determinou o afastamento até o término da instrução processual da ação de improbidade administrativa instaurada para apurar a ajuda dada pelo governo aos bancos Marka e FonteCindam.

Suplicy destacou trecho da decisão em que o juiz Rafael Paulo Soares Pinto avalia existirem “indícios veementes” de que Teresa Grossi criou uma situação que não existia, o “risco sistêmico”, ao orientar a Bolsa de Mercadorias e Futuros

(BM&F) na confecção de uma carta alertando o Banco Central sobre a possibilidade de ruptura do sistema financeiro, caso os bancos não fossem socorridos.

Suplicy assinalou ainda que o juiz acolheu a tese do Ministério Público Federal de que “revela-se evidente” o poder que a ex-diretora teria para interferir na produção de prova documental na ação de improbidade administrativa se continuasse a exercer o cargo.

— O envolvimento da senhora Teresa Grossi é tão veemente que sequer os procuradores do Banco Central aceitam defendê-la, solicitando inclusive apoio da OAB-RJ para que não sejam obrigados a apresentar de-

fesa de acusados de lesar os cofres públicos. Inobstante a senhora Teresa Grossi não ter sequer obtido apoio de seus colegas de trabalho, o presidente da República e o senhor Armínio Fraga, presidente do Banco Central, teimam em mantê-la no cargo, desafiando a tudo e a todos. É um simples capricho ou será que há algo mais forte por trás de todo esse apoio? — questionou Suplicy.



Suplicy questionou a insistência do presidente do Banco Central em manter Grossi no cargo

Senador quer dados sobre Código de Ética no Executivo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento em que solicita informações ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, sobre a implementação, na esfera da administração pública federal direta e indireta, do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo. O senador também quer saber quantas comissões

de ética foram criadas e onde estão funcionando, bem como qual o procedimento adotado pelo governo quando toma conhecimento de que algum servidor infringiu as normas do código.

Suplicy explicou que tomou a iniciativa de apresentar o requerimento de informações devido às irregularidades divulgadas pela imprensa envolvendo diversos servidores pú-

blicos, “inclusive o ex-ministro Eduardo Jorge Caldas Pereira, auxiliar direto do presidente da República”.

Suplicy sugeriu que o Congresso Nacional comece a pensar na elaboração de um código de ética, caso ainda não exista, para coibir pessoas que ocuparam cargos importantes de tirarem proveito das informações que obtiveram no governo quando vão para a iniciativa privada.

Para Cândido, Petrobras pode estar sendo sabotada

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que pode estar correta a hipótese levantada pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) de que haveria sabotagem contra a empresa como forma de justificar sua futura privatização. O parlamentar baseou sua afirmação no grande número de acidentes envolvendo a Petrobras este ano.

— Pode estar havendo um processo para desmoralizar a Petrobras e, a partir daí, justificar o início de sua privatização. A hipótese não parece nenhum absurdo, até porque os acidentes têm se tornado rotina. A teoria dos engenheiros começa a tomar corpo porque é impossível haver tantos acidentes na empresa com o cor-

po de segurança treinado que ela tem.

Segundo o senador, a Aepet chegou à conclusão de que as causas do vazamento que poluiu os rios Barigüi e Iguacu, no Paraná, foram as mesmas que provocaram o derramamento de óleo na baía de Guanabara. Ele acrescentou que a associação de engenheiros acredita que a repetição de falhas idênticas indica o des-caso com que o presidente, os diretores e os conselheiros da estatal tratam a questão ambiental.

Geraldo Cândido registrou que, de acordo com levantamento feito pela organização SOS Mata Atlântica, desde o dia 17 de dezembro do ano passado sete acidentes provocados pela Petrobras foram registrados em Sal-



Cândido: “Pode estar havendo processo de desmoralização da Petrobras”

vador, Rio de Janeiro, São Sebastião (litoral paulista) e Paraná. “O Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro denunciou outros dois acidentes no Maranhão e no Amazonas.”

Essa série de acidentes, para Geraldo Cândido, tem uma causa objetiva: a política de redução de pessoal da Petrobras. Citando dados do Sindicato dos Petroleiros do Paraná, o senador informou que o número de trabalhadores na refinaria do estado, que chegava a 900 em 1995, caiu para 580 no ano passado, o que representa uma redução de aproximadamente 40%.

Requião defende extinção da Justiça Eleitoral

Em discurso ontem no Plenário, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu o fim da Justiça Eleitoral. Argumentando ser o Brasil o único país do mundo com tal instituição, o parlamentar criticou a atuação de alguns juizes do Paraná. De acordo com Requião, esses magistrados pretendem im-



Para Roberto Requião, a legislação eleitoral brasileira é pouco precisa

pedir que o país discuta livremente temas políticos, aplicando de forma arbitrária uma legislação que precisa de mudanças por permitir “interpretação segundo o humor do juiz”.

O senador acredita que a legislação é pouco precisa. Na opinião de Requião, a situação “raia a loucura” no Paraná, onde o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) fez parceria com a montadora de automóveis Renault para divulgar o uso das urnas eletrônicas. O senador informou já ter enviado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) representação contra a parceria, destacando que a empresa está envolvida em uma série de denúncias por suas relações com o governo do estado.

Ilustrando situações em que a legislação é mal interpretada, o senador citou um jornal impresso em 1999 pelo PMDB do Paraná intitulado *Mar de Lama*. A publicação trazia

uma colagem de denúncias contra o governo estadual publicada por diversos jornais. A publicação foi apreendida e o partido multado em 20 mil Ufirs, porque um juiz considerou a iniciativa como veiculação de propaganda eleitoral fora do prazo.

O senador contou ainda ter feito denúncias de que a prefeitura de Curitiba alugara 740 carros por R\$ 2 milhões mensais. Requião afirmou que o valor seria suficiente para comprar 200 carros modelo básico por mês, uma vez que prefeituras não pagam nem ICMS nem IPI nesse tipo de negociação. A denúncia foi divulgada no estado por Requião, em forma de panfletos e cartas, mas um juiz resolveu censurar a iniciativa e mandou apreender os textos.

— Estão tentando engessar o processo eleitoral e diminuir o mandato de um senador. É preciso definir com clareza os crimes eleitorais. A pessoa registra a candidatura e é tratada como bandido. Querem calar a minha voz, diminuir o meu mandato. Posso perder até o meu último tostão, mas nenhum juiz vai me calar — disse.

Reeleição é criticada pelo parlamentar do Paraná

Ainda em discurso ontem no Plenário, o senador Roberto Requião criticou o processo de reeleição. Ele destacou que um prefeito pode tentar se reeleger sem se desincompatibilizar do cargo, “mas um gari teria que deixar o emprego para poder concorrer à mesma posição”. Sobre o assunto, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) também defendeu, em aparte, a necessidade de mudanças na legislação que permite a reeleição.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) fez aparte durante o pronunciamento de Requião e aproveitou o tema em discussão para criticar os critérios da Justiça Eleitoral na aplicação de multas. Ele contou ter sido multado em mais de R\$ 300 mil, só tendo tomado conhecimento da punição quando já havia sido determinada. Já seu concorrente, com cam-

panha semelhante, foi multado em R\$ 12 mil. Roberto Requião informou que hoje acumula R\$ 180 mil em multas por ter manifestado sua opinião durante disputas eleitorais.

TRT

Maguito também discutiu as denúncias de desvios de recursos orçamentários na construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo e defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a responsabilidade de todas as autoridades federais envolvidas no caso. Roberto Requião lembrou que a responsabilidade do desvio não pode ser creditada só ao ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, e afirmou que não se trata de uma questão partidária. Disse ainda que a cassação do ex-senador Luiz Estevão não pode ser considerada o “prato principal”.